

**OS DESAFIOS PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS ANOS
INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
THE PEDAGOGIC CHALLENGES OF INCLUSIVE EDUCATION IN THE FIRST
YEARS OF ELEMENTARY EDUCATION**

Brenda Alves de Oliveira

Letícia Marinho Basílio da Silva

Graduandas do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário São Jose.

Prof. Me. Márcia Maria Ferreira dos Santos

Orientadora

RESUMO

Compreender o papel do pedagogo na inclusão escolar observando desafios e dificuldades das crianças nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública de ensino. Onde os objetivos específicos serão: conceituar e discutir inclusão escolar; diagnosticar os avanços, desafios e dificuldades da inclusão nas séries iniciais do ensino fundamental; compreender o papel do pedagogo no contexto da inclusão escolar. Embasados nos autores Miranda, t. G.; Galvão filho, t. A. (2012) o estudo visa problematizar os sentidos, significados e intencionalidades que vêm se materializando na relação entre o professor e a relação inclusiva, trazendo luz a três aspectos dessa difícil realidade: a formação do professor, a sua prática, e os lugares que rompem os muros da escola tradicional, para dar espaço à novos e tecnologias para aprendizagem, visando a construção de uma sociedade e escola inclusivas. Observar, ainda que os autores manterão a importante relação pedagógica e política entre o social e o educacional, com intuito de aprofundar as reflexões referentes a educação inclusiva. Segundo a O.N.U / UNESCO. Declaração de Salamanca (1994) informar sobre políticas e ações feitas pelo governo, organizações internacionais ou agências nacionais de auxílio, também organizações não-governamentais e outras instituições; sobre princípios, políticas e práticas em Educação Especial. Analisar a inclusão do aluno com deficiência no sistema educacional brasileiro sob uma possível perspectiva a partir da biopolítica encontra-se na fala de Begalli e Silveira (2019) sob esta ótica o referido estudo possui três objetivos específicos: compreender a teoria da biopolítica, desde sua criação; analisar a razão pela qual a educação inclusiva, sob uma ótica da biopolítica, pode-se constituir como importante fator para a economia e a sociedade, e, por fim, expor os caminhos legais, sociais e práticos para a inserção do aluno com deficiência na escola. Logo a partir deste caminho, mas não somente pelos referidos autores, visa-se alcançar os objetivos do tema proposto com intuito de contribuir para o enriquecimento do cenário acadêmico. Quanto a

metodologia utilizada para realização do estudo será baseada no método dedutivo e fundamentada em pesquisa bibliográfica de obras publicadas de autores que possuem relação com o tema abordado oferecendo meios para esclarecer melhor o assunto. Através de problematização usar novos conhecimentos que favoreçam o desenvolvimento do aluno, sendo possível comprovar que o desenvolvimento dessas crianças é possível mesmo dentro de suas limitações. O estudo mostrou que as instituições de ensino não têm conseguido fornecer espaços de escuta e acolhimento para os docentes que sentem sua função social como complexa e desafiadora, diante do processo de judicialização das práticas escolares por eles vivenciadas. A relação entre equipe pedagógica e docentes, está sinalizada como distante, o auxílio das instituições acaba sendo pontual e/ou descontínuo. Concluímos que o papel do pedagogo será de suma importância dentro de uma equipe multiprofissional, se, e apenas se, este profissional estiver equipado para os desafios das demandas que lhe aparecerem.

Palavras-chave: Educação Pública; Políticas Públicas; Projeto Político Pedagógico.

ABSTRACT

Understanding the role of the pedagogue in school inclusion, observing the challenges and difficulties of children in the early years of elementary school in the public school system. Where the specific objectives will be: to conceptualize and discuss school inclusion; diagnose advances, challenges and difficulties of inclusion in the initial grades of fundamental education; understand the role of the pedagogue in the context of school inclusion. Based on the authors Miranda, t. G.; Galvao son, t. A. (2012) the study aims to problematize the meanings, meanings and intentions that have been materializing in the relationship between the teacher and the inclusive relationship, bringing light to three aspects of this difficult reality: teacher training, their practice, and the places that break the walls of the traditional school, to make room for new technologies for learning, aiming at building an inclusive society and school. Note, even though the authors will maintain the important pedagogical and political relationship between the social and the educational, with the intention of deepening the reflections referring to inclusive education. According to UN/UNESCO. Salamanca Declaration (1994) report on policies and actions taken by the government, international organizations or national aid agencies, also non-governmental organizations and other institutions; on principles, policies and practices in Special Education. Analyzing the inclusion of students with disabilities in the Brazilian educational system from a possible perspective based on biopolitics is found in the speech of Begalli and Silveira (2019) from this perspective, the aforementioned study has three specific objectives: to understand the theory of biopolitics, from its creation; to analyze the reason why inclusive education, from a biopolitics perspective, can constitute an important factor for the economy and society, and, finally, to expose the legal, social and practical ways for the insertion of the student with disability in the school. From this path, but not only by the aforementioned authors, the aim is to achieve the objectives of the proposed theme in order to contribute to the enrichment of the academic scenario. As for the methodology used to carry out the study, it will be based on the deductive method and based on bibliographical research of published works by authors who are related to the topic addressed, offering means to better clarify the subject. Through questioning, use new knowledge that favors the development of the student, making it possible to prove that the development of these children is possible even within their limitations. The study showed that educational institutions have not been able to provide spaces for listening and welcoming teachers who feel their social function is complex and challenging, given the process of judicialization of school practices they experience. The relationship between the pedagogical team and the professors is marked as distant, the

assistance from the institutions ends up being punctual and/or discontinuous. We conclude that the role of the pedagogue will be of paramount importance within a multidisciplinary team, if, and only if, this professional is equipped for the challenges of the demands that appear to him.

Keywords: Public Education; Public policy; Pedagogical Political Project.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar ainda é um assunto muito complexo e polêmico na sociedade, em especial no meio educacional. A inclusão escolar foi primeiramente discutida em SALAMANCA, nos anos 1994, que abordou o tema da educação para todos, que culminou na aprovação da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei 9394/1996. Nos dias atuais, a inclusão escolar ainda é um assunto pertinente e que possui uma grande lacuna a ser preenchida no que diz respeito a melhoria das práticas pedagógicas de inclusão dos alunos com necessidades especiais. Nos anos 2000, foram realizados avanços e estudos nas políticas públicas que introduziram a “Educação Inclusiva”, tais leis promoveram um novo olhar sobre este assunto. A Declaração de Salamanca (1994) foi o início de tudo para a Educação Especial. A inclusão é definida pela LDBEN que garante a inclusão de todos no ambiente escolar e que devem ser educados juntos, com apoio necessário, na idade apropriada e em escola de ensino regular.

A Declaração de Salamanca impôs regras e padrões sobre a equalização de oportunidades para pessoas com deficiências, também que essas pessoas fizessem parte do sistema educacional. Esta lei surgiu na Espanha, entre 7 e 10 de junho de 1994, com o intuito de reafirmar o comprometimento com a educação para todos, corroborando a demanda e observando-se a urgência em providenciar a educação para crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais, conforme o sistema regular de ensino.

São evidenciados os grandes desafios e motivações para o estudo da inclusão escolar, especificamente no ensino fundamental, tendo em vista que alguns professores

discordam das teorias atuais, o que se torna um grande gerador de problemas e opiniões impróprias aos métodos utilizados em suas aulas.

A Inclusão nos traz um novo modelo de aluno e muitos questionamentos e desafios para o educador. É necessária uma formação continuada para entender as fases da inclusão e os educadores são primordiais nesse processo. Pela falta de investimento e recursos, o desafio pedagógico torna-se ainda maior, mas os educadores devem estar abertos ao novo, desconstruindo a ideia de laborioso. Diante disso, se entende que o ambiente escolar precisa proporcionar aprendizado, pois uma educação de qualidade é necessária e é direito de todos, como afirma o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), Lei nº 8069/1990.

Deste modo, a questão problema a ser investigada foi: Por que os professores apresentam tanta dificuldade em incluir os alunos com Deficiência nas atividades em sala de aula?

Sendo assim, a hipótese defendida foi sabendo que essa criança, ainda que dentro de suas limitações, tenha seu aprendizado preservado aprofundaremos saber sobre uma sala de aula inclusiva e a aprendizagem compatíveis a deficiência desse aluno. E, sob o olhar da ótica do pedagogo, tentar viabilizar sua independência, do aluno, promovendo integração equidade e desenvolvimento.

O objetivo geral deste estudo foi compreender o papel do pedagogo na inclusão escolar, observando desafios e dificuldades das crianças nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública de ensino.

Como objetivos específicos traçamos, conceituar e discutir inclusão escolar; identificar os avanços, desafios e dificuldades da inclusão nas séries iniciais do ensino fundamental; compreender o papel do pedagogo no contexto da inclusão escolar.

A justificativa desta pesquisa se dá sob o desafio mui grande em dar luz a essa questão, por ainda existir grande dificuldade, por falta de diálogo e autores que debatam sobre o tema proposto; em que esse conceito precisa ser construído com/por todos (políticas públicas, professor, profissionais multidisciplinares e pais). Visa ainda agregar mudanças nas práticas pedagógicas, capacitação dos profissionais, investimentos, amparo médico, psicológico, terapêutico, linhas de estudo e dentre outros. Promovendo a integração, igualdade, sabendo respeitar a diversidade, favorecendo o convívio entres

os alunos e gerando um desenvolvimento diferenciado de aprendizado. Atuar contra qualquer tipo de preconceito e proporcionar qualidade de ensino, respeitando e trazendo tratamento e respostas pós análise particular de casos similares, respondendo a cada indivíduo de acordo com suas necessidades e limitações, será de suma importância para seu desenvolvimento e papel social.

Discutir sobre os avanços observando desafios e dificuldades nos anos iniciais, lançar luz sobre o contexto atual da rede pública de ensino e compreender o papel do pedagogo neste contexto serão pontos primordiais neste processo. Este caminho nos leva a crer que o referido estudo será de grande valia para a pesquisa científica e sobretudo para o tema proposto.

Embasados nos autores Miranda, t. G.; Galvão filho, t. A. (2012) o estudo visa problematizar os sentidos, significados e intencionalidades que vêm se materializando na relação entre o professor e a relação inclusiva, trazendo luz a três aspectos dessa difícil realidade: a formação do professor, a sua prática, e os lugares que rompem os muros da escola tradicional, para dar espaço à novos e tecnologias para aprendizagem, visando a construção de uma sociedade e escola inclusivas. Através dos autores analisou-se, sob a ótica de diversas experiências construídas durante o desempenho da trajetória profissional dos mesmos. Observar, ainda, que os autores mantiveram a importante relação pedagógica e política entre o social e o educacional, com intuito de aprofundar as reflexões referentes a educação inclusiva.

Segundo a O.N.U / UNESCO, a Declaração de Salamanca (1994) teve como um de seus objetivos, informar sobre políticas e ações feitas pelo governo, organizações internacionais ou agências nacionais de auxílio, também organizações não-governamentais e outras instituições; sobre princípios, políticas e práticas em Educação Especial. A declaração reforça o direito à uma educação de qualidade e considera as características e os interesses singulares de cada educando, visando evitar discriminações e exclusão escolar. Propondo que as escolas se organizem e se capacitem para atender a todos.

Analisar a inclusão do aluno com deficiência no sistema educacional brasileiro sob uma possível perspectiva a partir da biopolítica, encontra-se na fala de Begalli e Silveira (2019), A referida ótica apresenta três objetivos específicos: compreender a teoria da

biopolítica, desde sua criação; analisar a razão pela qual a educação inclusiva, sob uma ótica da biopolítica, pode-se constituir como importante fator para a economia e a sociedade, e, por fim, expor os caminhos legais, sociais e práticos para a inserção do aluno com deficiência na escola. Logo, a partir deste caminho, mas não somente pelos referidos autores, visa-se alcançar os objetivos do tema proposto, com intuito de contribuir para o enriquecimento do cenário acadêmico.

Quanto a metodologia utilizada para realização do estudo, baseou-se no método dedutivo e fundamentada em pesquisa bibliográfica de obras publicadas de autores que possuem relação com o tema abordado, oferecendo meios para esclarecer melhor o assunto. E, através de problematização, usar novos conhecimentos que favoreçam o desenvolvimento do aluno, sendo possível comprovar que o desenvolvimento dessas crianças é possível mesmo dentro de suas limitações.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Compreender o papel do pedagogo na inclusão escolar, observando desafios e dificuldades das crianças nas séries iniciais do ensino fundamental da rede pública de ensino, será de suma importância para este estudo.

Conceituar e discutir a inclusão infantil, problematizar os sentidos, significados e intencionalidades que vem se materializando na relação entre o professor e a relação inclusiva, trazendo luz a três aspectos dessa difícil realidade: a formação do professor, a sua prática, e os lugares que rompem os muros da escola tradicional, para dar espaço a novos e tecnologias para aprendizagem, visando a construção de uma sociedade e escola inclusivas. Segundo a visão do livro: O PROFESSOR E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FORMAÇÃO, PRÁTICAS E LUGARES – MIRANDA, T. G.; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.)

O conceito de inclusão infantil perpassa por múltiplas óticas e processos, entretanto, a partir do olhar da inclusão, no âmbito da educação infantil, conceituar se torna um desafio mediante a gama de informações e autores nos dias atuais. Assim sendo, de forma bem simples, conceituamos a inclusão escolar como o que está

relacionado com o acesso e permanência dos cidadãos nas instituições de ensino. Tendo por principal objetivo tornar a educação mais inclusiva e acessível para todos, respeitando suas diferenças, particularidades e especificidades. Ou seja, deficiências físicas ou motoras, altas habilidades, déficits cognitivos, autismos e outras condições sociais, emocionais e psíquicas devem ser levadas em consideração. Essas 'peculiaridades', que influenciam na forma como os alunos podem ser educados, são chamadas de "necessidades educacionais especiais" (NEE) de acordo com Menezes (2018).

A Constituição Brasileira propõe a obrigatoriedade do Estado sobre a educação, logo, não cabe às instituições educativas fazer nenhum tipo de distinção seja de etnia, raça, credo, gênero, condição social ou quaisquer outras formas de discriminação. A lei também ampara todas as pessoas que possuem algum tipo de necessidades educacionais especiais (NEE) como, segundo Menezes (2018):

- condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e sensoriais diferenciadas;
- portadoras de déficits e bem-dotadas;
- trabalhadoras ou que vivam em condição de rua;
- populações distantes ou nômades;
- minorias linguísticas, étnicas ou culturais;
- grupos desfavorecidos ou marginalizados.

Outrossim, estudos mostram que a melhor maneira de integrar pessoas com necessidades especiais é dentro do ensino regular. Sendo assim, o atendimento especializado deve ocorrer paralelamente às aulas.

Através da ótica de diversas experiências construídas durante o desempenho da trajetória profissional dos autores, observa-se a relação pedagógica e política entre o social e o educacional, com intuito de aprofundar as reflexões referentes a educação inclusiva.

A O.N.U / UNESCO. através da DECLARAÇÃO DE SALAMANCA (ESPANHA: SALAMANCA, 1994), teve por objetivo informar sobre políticas e ações feitas pelo governo, organizações internacionais ou agências nacionais de auxílio, também organizações não-governamentais e outras instituições; sobre princípios, políticas e

práticas em Educação Especial. A declaração reforça o direito à uma educação de qualidade e considera as características e os interesses singulares de cada educando, visando evitar discriminações e exclusão escolar. Propondo que as escolas se organizem e se capacitem para atender a todos.

Analisar a inclusão do aluno com deficiência no sistema educacional brasileiro, sob uma possível perspectiva a partir da biopolítica. A inclusão da pessoa com deficiência na educação brasileira: uma visão biopolítica com os autores Ana Silvia Marcatto Begalli; Carlos Roberto da Silveira (2019), apresentai três objetivos específicos: compreender a teoria da biopolítica, desde sua criação; analisar a razão pela qual a educação inclusiva, sob uma ótica da biopolítica, pode-se constituir como importante fator para a economia e a sociedade, e, por fim, expor os caminhos legais, sociais e práticos para a inserção do aluno com deficiência na escola.

Por este caminho, mas não somente pelos referidos autores, visa-se alcançar os objetivos do tema proposto com intuito de contribuir para o enriquecimento do cenário acadêmico onde aprofundaremos a discussão no capítulo a seguir.

DESENVOLVIMENTO

1) DIAGNOSTICAR OS AVANÇOS, DESAFIOS E DIFICULDADES DA INCLUSÃO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Entre os inúmeros desafios à implementação do atendimento educacional especializado, destacam-se a elaboração e a implementação de políticas públicas, tornando obrigatórias a estruturação e a institucionalização dos núcleos de acessibilidade em instituições de ensino. Deveria existir, ainda, uma comissão que atue de forma concreta, que cuide de assuntos relacionados à inclusão e permanência do aluno com necessidades especiais na instituição, atuando como uma mediadora entre necessidades cita-se o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Ao se falar sobre AEE (Atendimento Educacional Especializado), esclarece-se que se trata de um serviço de educação especial regulamentado por lei. Responsável pelo planejamento e pela execução de recursos pedagógicos e de acessibilidade capazes de

eliminar obstáculos para a participação efetiva de alunos, considerando suas necessidades específicas Lyceum (2021).

De acordo com Lyceum (2021), o AEE terá por público-alvo, alunos com os seguintes aspectos:

- deficiência física;
- deficiência visual;
- deficiência auditiva;
- deficiência intelectual;
- deficiências múltiplas;
- Transtorno do Espectro Autista (TDA);
- superdotação.

O AEE é destinado, tanto para alunos com superdotação, quanto para estudantes com algum tipo de deficiência física, visual, intelectual e auditiva, citamos, segundo Lyceum (2021):

- identificação das necessidades dos alunos;
- criação de um planejamento amparado pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição de ensino;
- produção de materiais acessíveis e adaptados;
- compra de ferramentas e demais materiais de apoio;
- orientação e qualificação de professores do ensino regular e, também, das famílias responsáveis;
- promoção da formação continuada dos educadores do AEE, dos colaboradores e de toda a comunidade de ensino.

Além de tudo, o AEE também é parte integrante da educação inclusiva que, por lei, deve estar presente em todas as instituições educacionais. Por isso, é fundamental que o programa seja integrado à proposta pedagógica, promovendo um ensino democrático e inclusivo. Vale ressaltar que, o AEE não deve ser visto como uma atividade individual, na qual os educadores se responsabilizam pelos alunos atendidos. Entretanto,

a ideia seja, que diretores, coordenadores, gestores, educadores, familiares, estudantes e demais agentes, contribuam para o alcance dos eixos.

Assim sendo, pensar sobre se 'É' dever da instituição oferecer o AEE? Sim! As instituições públicas de ensino precisam garantir acesso ao Atendimento Educacional Especializado aos estudantes que necessitam. Caso a solicitação seja negada, o procedimento padrão será o recebimento de uma denúncia ao Ministério Público feita pelo professor, pelo aluno ou um de seus responsáveis, no caso do ensino escolar. No entanto, também se aplica às instituições particulares. Elas devem disponibilizar, quando solicitado, o Atendimento Educacional Especializado, sem o repasse dos gastos decorrentes ao atendimento às famílias dos estudantes na cobrança de mensalidades (LYCEUM, 2021).

A legislação que regulamenta a AEE no Brasil é o Decreto n.º 7611, de novembro de 2011. No seu Art. 3º, são definidos os 4 (quatro) objetivos do Atendimento Educacional Especializado, cita-se:

- I – prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II – garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III – fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;
- IV – assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (LYCEUM, 2021)

De acordo com Lyceum (2021), a aplicação do Atendimento Educacional Especializado envolve vários desafios, em detrimento ao acompanhamento estar determinado em lei. Todavia, a situação poderá ser mais fácil se a equipe de gestão educativa estiver disposta a cooperar com o AEE e os professores conscientes da responsabilidade de colaborar com os alunos que precisam do apoio.

O profissional que irá atuar no Atendimento Educacional Especializado precisa ter formação especializada na área, prevista na Resolução CNE /CEB n.º 2, de setembro de 2001. A lei prevê que o profissional educador deva comprovar, na sua formação de nível

médio e/ou superior, que esteve em contato com conteúdo e discussões sobre a educação inclusiva. É preciso comprovar formação em licenciatura em Educação Especial ou a realização de uma pós-graduação em área específica da educação inclusiva (AEE). Além das atividades realizadas diretamente com o aluno, o profissional do Atendimento Educacional Especializado deverá promover encontros com pais e/ou responsáveis pelos alunos, incentivar estratégias de flexibilização do currículo e propor medidas de impacto mais abrangente na instituição em que atua. Serão atribuições dos profissionais atuantes no AEE:

- identificar, elaborar, produzir e organizar recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias, considerando o público do programa;
- acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos materiais didáticos em sala de aula, assim como em outros ambientes da instituição de ensino;
- estabelecer parcerias com os diferentes setores para elaborar estratégias e disponibilizar recursos de acessibilidade;
- organizar a quantidade de atendimentos aos estudantes na sala de recursos multifuncional;
- incentivar os professores da sala de aula comum a participarem das atividades com o público do AEE.

Necessário se faz enfatizar que, atualmente, o AEE passa por uma série de desafios dentro da dinâmica de ensino; muitos profissionais da educação não entendem qual é o objetivo e como o programa funciona. Existe uma defasagem em relação a oferta de treinamentos especializados para promoção de um ensino realmente inclusivo. Outro obstáculo é envolver as famílias neste processo, que são parte essencial no sucesso da aprendizagem dos alunos assistidos pelo AEE.

Destacar que os profissionais não podem encerrar a atuação em sala de aula se faz imprescindível. O processo de aprendizagem depende, ainda, de sua articulação com toda a equipe da instituição.

Concluindo, de acordo com pesquisa realizada por Lyceum (2021), para que a política de educação inclusiva seja efetiva, se faz fundamental que haja investimentos para melhorar a infraestrutura física, a oferta de materiais didáticos adequados e a formação continuada de educadores especializados nessa área, bem

como, necessita-se de subsídios que podem vir a ser oferecidos através da instituição. No entanto, é possibilidade uma construção de projetos voltados à formação de profissionais, com enfoque, tanto na formação inicial, como na formação continuada, como demanda-se a busca de parceria com os outros cursos e níveis de ensino, sendo importante a contratação de profissionais que sejam especializados, a fim de oferecer atendimento a essa população.

Sugerimos promover, também, modificações nos currículos da grade de ensino, fazendo com que a disciplina de Educação Especial seja obrigatória, sendo forma de sensibilizar a todos em relação às deficiências, assim como desmistificar concepções pré-existentes. Os princípios que agregam, alcancem a educação para todos e o acesso a uma escola inclusiva, especialmente aqueles propostos pela LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), estão distantes de serem alcançados no contexto atual, sabendo-se que a exclusão social se faz uma realidade em todo o país. No entanto, alterações na educação regular e especial são implantadas ao que rege à inclusão de estudantes com deficiência, consolidando serviços como especializados, como o AEE, tornando necessária articulação de órgãos federais, estaduais e municipais com o fim de estabelecer medidas e ainda normas complementares na área de Educação Especial. Trata-se de uma tentativa de mitigar a exclusão social. AEE tem se fixado como o principal mecanismo de apoio de Educação Especial.

Ressaltar que as iniciativas do AEE em salas de aula são de caráter complementar ou suplementar à escolarização em uma sala de aula comum. Não deve ser entendida como um espaço pedagógico segregado, como as salas e escolas especiais que oferecem serviços especializados, demarcados pelas políticas públicas para Educação Especial no Brasil, anterior à política de 2008. Os desafios de implementar uma política nacional, com relação à educação inclusiva, são incontáveis. Os desafios, ainda que cumpridas as exigências dos programas e dos projetos, por exemplo, como as salas reduzidas, o acompanhamento em salas de recursos, a adequação do espaço escolar, a formação de professores, o acolhimento da escola entre outros, estão distantes de serem alcançados.

Um marco importante quanto ao desenvolvimento, avanços e desafios da educação inclusiva, é a Declaração de Salamanca (1994), em um sucinto resumo,

objetiva informar sobre políticas e guias de ações governamentais, de organizações internacionais ou agências nacionais de auxílio, organizações não-governamentais e outras instituições na implementação sobre princípios, políticas e práticas em Educação Especial.

De acordo com o documento, o princípio fundamental da escola inclusiva será que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter (SALAMANCA,1994).

O Brasil, ao assinar a Declaração de Salamanca, passa assumir o compromisso político-social de ‘transformar’ os sistemas de educação em sistemas educacionais inclusivos, que deverão respeitar as discrepâncias de quaisquer ordens e reorganizar o espaço escolar de modo a garantir a convivência na diversidade e a democratização do mesmo. O documento declara que: *“Todas as crianças têm direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível adequado de conhecimentos”*.

Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são peculiares. Ainda sobre a Declaração, os grupos abarcados pela educação inclusiva devem recebê-la de forma pautada nos seguintes princípios e fundamentos: Toda pessoa tem o direito de acesso à educação. Toda pessoa aprende. O processo de aprendizagem de cada pessoa é singular (SALAMANCA,1994).

Ao se perguntar quais seriam as mudanças significativas pós Declaração de Salamanca, destacamos que, após a Declaração de Salamanca, as transformações relacionadas ao processo de inclusão escolar surgem mediante a reforma e a reestruturação do espaço educacional, objetivando garantir para todos o acesso à educação e dar oportunidade de inclusão social oferecidas pela escola. Será neste contexto que os alunos que tenham necessidades educativas especiais possam acessar maior progresso educativo e maior inclusão social.

2) COMPREENDER O PAPEL DO PEDAGOGO NO CONTEXTO DA INCLUSÃO ESCOLAR

Na presente coletânea, “O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares”, Miranda e Galvão Filho (org.), trazem à luz a compreensão do papel do pedagogo quanto a problemática da educação inclusiva. Os autores têm como reflexão central, problematizar os sentidos, significados e intencionalidades que vêm se materializando na relação entre o professor e a relação inclusiva. Ao focar em três aspectos herméticos dessa realidade pensa-se:

- a formação do professor: como ultrapassar antigas e superadas seguranças e paradigmas;
- a prática e lugares: deve viabilizar a interação crítica e criativa entre indivíduos singulares, e os lugares que rompem os ‘muros’ das instituições de ensino tradicional, com intuito de abarcar novos e mais profícuos espaços e tecnologias para aprendizagem, na direção da construção de uma sociedade e instituições inclusivas (MIRANDA, 2012)

Observar esta obra, contempla múltiplas questões que cruzam o campo da educação inclusiva, tendo como ponto principal o professor, em diálogos, trabalhos apresentados, ideias, resultados de pesquisas e relatos de experiências, que levantam questionamentos e posicionamentos distintos em relação ao tema abordado, possibilitando a imersão do debate sobre ações educacionais, direcionadas para uma educação escolar de qualidade, que possa promover formas de inclusão.

Analisar as diversas experiências construídas durante o desempenho da trajetória profissional enfatiza uma importante relação pedagógica e política entre o social e o educacional, no intuito de aprofundar as reflexões referentes a educação inclusiva, sobretudo em relação a formação docente, suas práticas e lugares de atuação, para uma educação especial na perspectiva do novo paradigma inclusivo (MIRANDA, 2012).

Mas afinal, como deve ser a formação de um professor para atuar na educação inclusiva, fica a questão proposta. Define-se que a formação do professor para atuação na inclusão de NEE (Necessidades Educativas Especiais) deve ser contemplada e ainda haver o compromisso das instituições de ensino superior (IES), e eventuais mudanças pelas quais as instituições passem ao inserirem nos cursos de graduação alterações suma importantes que visem estabelecer novos objetivos aos currículos dos cursos de licenciatura (definição empírica).

Lançando luz sob o olhar da autora Sonia Maria Rodrigues (2012), destaca-se serem muitos os desafios encontrados no desenvolvimento de implementação de uma política de educação inclusiva no Brasil, entretanto, a falta de preparação dos docentes ganha destaque. Após a inserção de pessoas com necessidades especiais, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação nas escolas comuns, inúmeros docentes passaram a sentirem-se confusos, despreparados e até incapazes na missão de acolher esses estudantes e, ainda, propor ações que atendessem às necessidades, expectativas e demandas próprias de cada um (RODRIGUES, 2012).

Vale ressaltar que, reconhecer as dificuldades na formação do docente para a educação inclusiva não deve ser uma justificativa para os fracassos, porém, um *modus impulsor* à construção de experiências que se tornem bem-sucedidas, em que a educação é de qualidade e verdadeiramente para todos.

Neste contexto, volta-se a questão: Qual é o preparo necessário para incluir um estudante com deficiência? De acordo com Miranda (2012), inclusão e cursos de especialização voltados às deficiências específicas para, de fato, ser inclusiva, será essencial que aconteçam nas instituições de ensino mudanças radicais em suas estruturas físicas, material e de pessoal, em seu projeto político-pedagógico (PPP) e em sua gestão administrativa (RODRIGUES, 2012).

O modelo da inclusão pressupõe uma escola democrática, segundo Rodrigues (2012), que acata o tempo do estudante e coloca a aprendizagem no centro e estimula o trabalho colaborativo e participativo. Refletindo qual tipo de formação atenderia a súplica dos docentes que, em sua maioria, carregam o sentimento de despreparo e desamparo no atendimento dos alunos com deficiência. Replicamos as interpelações de Rodrigues (2012, p. 20): “Quais os saberes necessários para educar a todos? Quais as diretrizes para a formação inicial e a formação continuada na perspectiva da educação inclusiva?”.

De acordo com a Lei de diretrizes e bases (LDB) de 1996, no que tange definir o que os sistemas de ensino devam assegurar aos estudantes com deficiência, indica uma diretriz para a formação docente: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

Percebe-se, haver distinções entre educadores com aparato técnico para os atendimentos especializados e àqueles capacitados para atuarem nas classes comuns. Observando o disposto na LDB, o documento Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) traz uma definição mais detalhada dos termos e as competências de cada um.

Os docentes capacitados devem ter uma disciplina em sua formação inicial sobre a educação especial e a educação inclusiva, além de adquirir os aparatos técnicos para enxergar as necessidades educacionais específicas dos estudantes e flexibilizar a ação pedagógica necessária a atender suas especificidades. No entanto, não podemos nos enganar que, apenas uma disciplina nos cursos de formação docente que aborde questões relativas à educação especial e à educação inclusiva não dá conta da complexidade e da abrangência dos temas. Nesse caso, podemos falar de informação, mas não de formação (ROGRIGUES, 2012, p. 20)

A formação dos professores especializados, os que vão trabalhar no atendimento educacional especializado (AEE), deve acontecer em cursos específicos. Esses profissionais também devem apoiar os educadores das escolas regulares que tiverem crianças e adolescentes com essas particularidades em suas salas de aula.

Endossamos o coro a suprema necessidade quanto à formação continuada que estes profissionais estão recebendo e reproduzindo em suas salas de aula aos estudantes com deficiência. Na via de mão de compreender quais os caminhos, as possibilidades de uma formação que os ajude a dar conta da realidade e seu papel frente a esta crescente e relevante demanda. Rodrigues (2012, p. 24) cita a ideia de parcerias entre universidades e escolas públicas e privadas para um bom começo.

Não no sentido da universidade trazer um conhecimento, mantendo o costume de verticalizar ações junto aos docentes em formação, mas na vertente de trabalhar junto com as instituições escolares possibilidades de construir um saber a respeito do processo de implementação da política de educação inclusiva.

Desmistificar como as unidades de ensino podem receber, acolher, conhecer e planejar o atendimento das necessidades educacionais específicas será, por proeminência, uma ação coletiva, na qual cada seção da comunidade escolar necessita reconhecer seu papel no cumprimento da inclusão e pensar em práticas que possam viabilizar o processo de inclusão. Após a matrícula, uma anamnese poderia ser feita

para receber o estudante, conhecê-lo e traçar estratégias para sua adaptação e inserção real na dinâmica escolar.

Não podemos desprezar o conhecimento sobre os tipos de deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação com a formulação, características e possibilidades de trabalhos pedagógicos, talvez seja de grande valia para os profissionais da educação, todavia, é necessário que se considere sempre a dimensão do sujeito que apresenta essas diferenças. Logo, a discussão de casos, a socialização de experiências bem-sucedidas no coletivo da escola, pode ser uma ferramenta de grande ajuda para toda a comunidade escolar também.

Se faz necessário reconhecer que o Brasil tem um conjunto de instrumentos legais que deveriam contribuir para que essas mudanças educacionais acontecessem em um processo crescente de instauração de novos conhecimentos e novas práticas. Mas algumas questões dificultam a realização do 'sonho' da inclusão:

- Nas universidades, a temática da educação das pessoas com deficiência ainda não é incorporada como uma discussão geral. A formação inicial se resume a uma disciplina que não consegue atender à complexidade do tema e a formação continuada precisa ser discutida e aliada a ações de pesquisas e extensão.
- Os alunos com deficiência não são considerados, nas escolas, como estudantes e sim como problemas que chegam. O foco no déficit, na falta, na impossibilidade precisa ser vencido, desconstruído, para que essas pessoas assumam seus lugares de educandos, de sujeitos capazes de aprender.
- O poder público, no âmbito federal, estadual e municipal precisa vencer a etapa das intenções e passar às ações. Investimentos nas mudanças físicas das escolas, aquisição de materiais, contratação de professores especializados e formação dos professores em serviço necessitam acontecer em caráter de urgência (RODRIGUES, 2012, p. 29)

Ainda de acordo com Rodrigues (2012), as dificuldades citadas são apenas algumas situações que necessitam de foco intuindo que a educação inclusiva NÃO seja uma proposta utópica ou impossível de se concretizar. Foi possível observar uma política pública com um discurso dispartido à prática. Essa realidade de incongruências e conflitos pode levar ao malogro de uma proposta democrática e justa. A idealização de uma instituição que não exclui, que aceita, atende e respeita a todos para tornar-se real e material deverá receber mudanças no campo da formação docente para a educação inclusiva.

Poder contribuir de maneira significativa para que as mudanças nos âmbitos escolares aconteçam de fato e que experiências bem-sucedidas não sejam mais exceções no nosso cenário educacional e sim a norma de uma educação democrática, fala Sonia Maria Rodrigues (2012).

Voltando a análise do texto de Therezinha Miranda (2012), no bloco denominado 'Lugares', refere-se aos espaços em que ocorrem as práticas pedagógicas, destinadas às crianças e aos jovens com deficiência, e neste caso, julgamos, também importante para atuação profissional, citar que, tradicionalmente ou historicamente, esses alunos eram segregados em instituições ditas especializadas e escolas 'especiais' ou ficavam escondidas dentro de suas famílias e sua escolaridade limitava-se às séries iniciais do ensino fundamental, de modo que a sociedade não lhes garantia e circunstanciava progressão escolar e inclusão social.

Ainda nessa reflexão sobre os lugares da educação inclusiva, questionar o atendimento educacional especializado, apontado na atual política educacional para ser realizado em salas de recursos multifuncionais, como modelo único de apoio a inclusão escolar do aluno com deficiência. De acordo com Miranda (2012), o ponto escola regular X escola especial será no mínimo polêmico e não há consenso e, assim sendo entendemos que estes textos, assim como o conjunto de todos pesquisados, poderão servir, substancialmente, para ampliar as reflexões de modo crítico, fecundo e com profícua fertilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi compreender, com os professores, os sentidos atribuídos aos desafios no processo de inclusão na escolarização dos anos iniciais do ensino fundamental nas instituições de ensino. A pesquisa realizada para obtenção deste estudo evidenciou que esses desafios estão relacionados às expectativas que os professores criam sobre os estudantes e suas famílias, e pelo despreparo dos mesmos diante da demanda crescente de inserção de alunos com necessidades especiais.

Destaca-se que, o tema apresentado, se refere a uma preocupação, uma vez que esses professores são formadores de opinião, bem como transmissores de conhecimento

aos estudantes, quanto ao papel do educador neste contexto e quanto a sua capacitação técnica para tal. Salienta-se que, ampliar concepções, desconstruir paradigmas, repensar novos jeitos de ser e estar e acolher as diferenças são aspectos relevantes que precisam compor a formação e o exercício do papel docente.

O estudo mostrou que as instituições de ensino não têm conseguido fornecer espaços de escuta e acolhimento para os docentes que sentem sua função social como complexa e desafiadora, diante do processo de judicialização das práticas escolares por eles vivenciadas. A relação entre a equipe pedagógica e docentes, está sinalizada como distante, o auxílio das instituições acaba sendo pontual (como colocar o estudante identificado com problemas para desenhar) e/ou descontínua quando a escola chama os pais da criança e não convida os professores para essa conversa.

Entende-se que, valorizar a participação da família começa por esses momentos, valorizando as contribuições de todos (pais, professores, coordenação e equipe multidisciplinar se for o caso), no intuito de chegar a melhor solução para as dificuldades vivenciadas pelo docente em sua relação com o estudante, seja de ordem acadêmica ou relacional.

Apontou-se, ainda, os desafios relacionados à formação docente e à própria organização da política educacional, resoluções, leis e outros aparatos técnicos citados que não se fazem conhecidos para eles ou de forma insuficiente nas faculdades e cursos preparatórios. Vale ressaltar que, uma vez, os efeitos desses fatores influenciam diretamente na atuação do professor. Entende-se que, o investimento em políticas educativas é fundamental para as melhorias necessárias à atuação profissional, assim como, para o exercício mais atualizado da profissão, por meio de formações e cursos para atender às demandas cotidianas.

Desse modo, possibilitar aos docentes espaços para pensar seu papel profissional e os impactos da política neoliberal em relação ao seu atuar, são possibilidades de apropriação dos educadores da história que envolve a profissão e dos percalços vivenciados nas últimas décadas.

Por fim, considera-se fundamental refletir sobre a importância do trabalho do pedagogo no contexto educativo da educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental, tendo como foco, a desconstrução dos modelos idealizados e formulação

de modelos que apontem para avanço na produção de resultados realmente eficazes. A promoção de espaços de escuta e acolhimento aos docentes também pode ser uma eficiente estratégia para a promoção de relações sociais mais potencializadoras no contexto escolar. Assim, faz-se necessário problematizar a organização da política educacional e os seus efeitos na educação. Acredita-se que essa atuação possa gerar novos deslocamentos e entendimentos relacionados à prática docente.

Concluimos que, o papel do pedagogo será de suma importância dentro de uma equipe multiprofissional, se, e apenas se, este profissional estiver equipado desde os cursos iniciais de formação, para os desafios das demandas que lhe aparecerem.

REFERÊNCIAS

BEGALLI; Ana Silvia Marcatto, SILVEIRA; Carlos Roberto da. **A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UMA VISÃO BIOPOLÍTICA.** 2019

DECRETO n.º7611, de novembro de 2011. **Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)

ECA (**Estatuto da Criança e do Adolescente**), Lei nº 8069/1990.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei 9394/1996

LYCEUM. **O que é o Atendimento Educacional Especializado? Entenda como funciona.** Disponível em: <https://blog.lyceum.com.br/atendimento-educacional-especializado/>. Ano 2021. Por Redação Lyceum 20-08-21- consultado em 25-04-23

MENEZES, Pedro. **O que é Inclusão Escolar: conceito e desafios**. Toda Matéria, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/inclusao-escolar-conceitos-desafios/>. Ano 2018. Acesso em 1 abr.2023

MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (Orgs.). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, Salvador, 2012. Resenha de: BORDAS, Miguel Asngel Garcia: **Revista Entreideias**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 221-223, jan./jun. 2015.

O.N.U / UNESCO. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**. ESPANHA: SALAMANCA, 1994

RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. mec.gov.br

1º A presente *Resolução* institui as Diretrizes Nacionais para a educação de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, na Educação Básica. (<http://portal.mec.gov.br> > cne > pdf > CEB0201)

SANTOS, Alessandra Ferreira Dos. **Educação inclusiva: uma análise sobre os avanços e os desafios enfrentados no contexto atual da educação básica no Brasil**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 05, Vol. 03, pp. 36-45. Maio de 2021. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/desafios-enfrentados>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/desafios-enfrentados

RODRIGUES. Sonia Maria. Licença Creative Commons BY-NC-ND 2.5. A cópia, distribuição e transmissão dessa obra são livres, sob as seguintes condições: Você deve creditar a obra como de autoria de Sonia Maria Rodrigues e licenciada pelo Instituto Rodrigo Mendes e DIVERSA. *curso de pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)*. Consultado em 22-05-23